



MULHER RURAL: IDENTIDADES E CONFLITOS DE GÊNERO NOS PROCESSOS PRODUTIVOS

RURAL WOMAN: IDENTITIES AND GENDER CONFLICT IN THE PRODUCTION PROCESS

Mariana Cunha Pereira¹

Claudia Araujo Moreira²

RESUMO

Neste artigo apresentamos reflexões a respeito da mulher trabalhadora rural do Centro-Oeste brasileiro a partir da experiência vivida no projeto intitulado *Trabalhadoras rurais: geração de trabalho e renda em processos de desenvolvimento agroecológico*. Tais reflexões se estendem aos processos produtivos, à legislação e aos planejamentos de políticas públicas para o campo no Brasil, bem como às representações que criam de si; com fundamentos na antropologia, sociologia, história e em dados empíricos registrados pela observação participante nas oficinas realizadas. A experiência nos levou a entender que o trabalho produtivo no campo se baseia nas relações de saber/poder entre os gêneros e que desenvolver projetos educativos pode vir a contribuir com processos construtivos de reelaboração de identidades de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher Rural; Processos produtivos; Identidade e Relações de Gênero

ABSTRACT

This article presents reflections about rural women workers in Brazilian Midwest, after the implementation of project entitled: "Rural Workers Project: creation of jobs and income in agroecological development processes" (*Trabalhadoras rurais: geração de trabalho e renda em processos de desenvolvimento agroecológico*). Such reflections extend to production processes, legislation and public policy planning for the countryside in Brazil, as well as the representations they create of themselves; based on anthropology, sociology, history and empirical data recorded by participant observation in the workshops conducted. The experience led us to understand that productive work in the field is based on the relations of knowledge / power between genders and that developing educational projects can contribute to constructive processes of reworking gender identities.

KEYWORDS: Rural Women; Processes of production; Identity and Gender Relations.

¹ Doutora em Antropologia Social Estudos da América Latina e Caribe pela Universidade de Brasília (UNB). Professora do Curso de História da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: marianac.pereira@ufr.br

² Doutora em Agronomia / Horticultura, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/BOTUCATU). Professora do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus avançado de Carolina - MA. E-mail: claudia.moreira@ifma.edu.br



INTRODUÇÃO

Neste artigo há reflexões pertinentes às experiências vividas no projeto de pesquisa e desenvolvimento intitulado *Trabalhadoras rurais: geração de trabalho e renda em processos de desenvolvimento agroecológico*, realizado entre 2007 e 2009, viabilizado pela Universidade Federal de Goiás e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Inicialmente pretendemos explicar o que foi o projeto e, em seguida, particularizar a Meta 1 – em que estão os aportes da discussão de gênero, sexualidade, saúde e direitos sociais –, espaço privilegiado das relações de saber/poder onde foi possível discutir/vivenciar a experiência com essas mulheres.

A intenção aqui é iniciar a análise da experiência dos primeiros cinco meses de atividades com as mulheres trabalhadoras incluídas nesse projeto, durante o período de 2006 a 2009, em oficinas e no convívio durante as refeições e trocas de experiências; os momentos de conversa informal, em que busca-se dizer o não dito, no encontro formal. Portanto, trata-se de *locus* privilegiado da Educação não-formal³.

A abrangência do projeto, entre os municípios Itapuranga, Itaberaí, Heitorai, Guaraíta, Baliza, Brazabrantes, Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó em Goiás, inclui: trabalhadoras rurais; trabalhadoras assentadas; trabalhadoras rurais, articuladas em cooperativas; chacareiras; dona de casa e agentes de saúde, com o objetivo de oferecer-lhes Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação⁴, considerando suas demandas.

Propôs-se, assim, reconhecer as mulheres como sujeitos sociais fundamentais para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, a partir da atuação que exercem nas atividades agrícolas e não-agrícolas, nos espaços rurais em processos de transição agroecológica e em respeito à biodiversidade.

³ Educação Não-Formal, segundo Libâneo (2005), são práticas educativas que ocorrem em instituições não convencionais de educação, elas são desenvolvidas com um certo nível de intencionalidade e sistematização e podem ocorrer em diferentes espaços, como: movimentos sociais, associações de bairro, agências formativas para grupos sociais específicos e espaços religiosos.

⁴ O Projeto é de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATERe ele apoia as seguintes organizações: a) Cooperativa dos Agricultores Familiares do Município de Itapuranga, GO – COOPERAFAI; b) Associações de Produtores Familiares do Município de Itapuranga; c) Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Goiás – ADAO-GO; d) Associação de Cooperação Agrícola no Estado de Goiás – ASCAEG.



A agricultura familiar é um modo de se organizar para o trabalho agrícola que está diretamente associado ao trabalho produtivo no campo, e que depende da divisão social do trabalho na família, entendendo esta em um sentido amplo – que pode incluir outros indivíduos que sustentam os vínculos parentais, habitando ou não a mesma unidade doméstica. No entanto, da maneira como se iniciou, a agricultura familiar sempre dependeu do núcleo básico familiar (pai, mãe e filhos) e por isso sofreu severas críticas das teorias que a interpretaram como um modo de produzir associado ao atraso tecnológico e à escassez de mercado. Iniciada no período colonial, passou a ser atividade de cooperação e complementação da vida do homem no campo, tão logo este tenha se tornado assalariado. Nos anos 2000, a agricultura familiar é retomada como a saída para os grandes problemas que surgiram pós-industrialização, em especial aqueles problemas decorrentes do sistema ecológico.

A REALIDADE NO CAMPO – DADOS E CONCEITOS

Há algumas hipóteses para entender o incentivo de crédito rural estatal para as práticas da agricultura familiar. Entre elas está a constatação de que a agricultura familiar condiz melhor com os pressupostos ecologistas, e isso interessa a uma parte significativa da sociedade que defende os direitos ambientais. Outra hipótese está associada à interpretação sobre a pluriatividade, que provém da experiência francesa de organizar a produção no campo e se consolida com as experiências de algumas localidades do Brasil e de projetos como o que apresentamos aqui, em que desenvolvemos as ações de capacitação com a proposta de associar atividade agrícola e atividade não-agrícola.

A segunda hipótese é reforçada com a narrativa do trabalho de pesquisa realizado sobre a região de Colônia Velha Alemã, no Rio Grande do Sul, em que o autor descreve como, em meados dos anos 70, se associou a estrutura agrária com atividades não-agrícolas fora da propriedade de produção, produzindo-se a pluriatividade:

Essa noção refere-se a uma situação cada vez mais frequente na estrutura agrária dos países desenvolvidos, na qual uma mesma família de agricultores, além das tarefas agrícolas, desempenha outras atividades fora da propriedade que servem como fontes



de renda complementares. A principal característica dessa nova forma de trabalho é a dissociação de alguns membros da família rural do trabalho agrícola no interior da propriedade (SCHNEIDER, 1999, p. 112).

A agricultura familiar constitui-se como a forma de organização produtiva ideal para a prática da agricultura sustentável, em razão de suas características de diversificação e integração de atividades agrícolas e pecuárias. Assim, essa diversidade permite que produtos como as plantas medicinais, as flores e o algodão, possam ser cultivados sob bases ecológicas, apesar destas atividades ainda serem percebidas como secundárias ou complementares. No caso específico da floricultura e do cultivo de plantas medicinais há uma alta rentabilidade por área plantada, exigindo grande quantidade de mão de obra, gerando empregos e permitindo a otimização do trabalho da família.

Essa leitura sobre Agricultura Familiar levou o projeto a buscar mulheres trabalhadoras articuladas em atividades de base familiar, organizadas através de associações e/ou cooperativas. O olhar que impulsionou a busca por essas mulheres do campo se reflete na análise que situa a mulher como precursora e “cuidadora” de um modo de vida baseado numa atividade secular: a agricultura. Shiva e Dankelman (1994), estudiosas da Física e da Agronomia, respectivamente, que trabalham com mulheres agricultoras nas colinas de Dehra Dun, na Índia, afirmam:

Os conhecimentos locais a respeito de processos e recursos naturais sempre foram transmitidos pelas mulheres de uma geração para as mulheres da geração seguinte. O papel das mulheres no uso da terra tem sido sempre essencial, não só no que diz respeito à produção de alimentos, como também em relação ao suprimento de água e combustíveis, à provisão de alimentos para os animais, fibras, remédios e outros produtos naturais. As mulheres foram originalmente produtoras de alimentos em todo o mundo, e continuam a ter uma importância central nos sistemas de produção de alimentos do Terceiro Mundo (SHIVA, DANKELMAN, 1994, p. 35).

A essas “produtoras do alimento em todo o mundo” é que foram propostas as seguintes ações: a) Estudos sócio-históricos da construção social de gênero e dos conhecimentos socioeducativos de saúde e sexualidade; b) Ações de planejamento e apoio à transição agroecológica; c) Capacitação técnica para trabalhadoras rurais e agentes de desenvolvimento;



d) Desenvolvimento de processos de produção agroecológicos e implantação de unidades demonstrativas para construir uma matriz agroecológica; e) Acesso aos mercados.

Essas ações são fundamentais, diante dos avanços sociais conquistados pelas mulheres ocidentais nas últimas décadas e, também, por consequência das mudanças no mundo do trabalho e a pobreza que afetam, de maneira mais cruel, as mulheres. A precarização das relações trabalhistas tem atingido mais as trabalhadoras que os trabalhadores, e o atual padrão de acumulação aproveita-se da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero para ser ainda mais perverso.

Segundo o Censo Demográfico de 2017: “Do total geral de estabelecimentos identificados pelo Censo Agropecuário 2017 (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81%.” (IBGE, 2017).

Figura 1 – Dados de estabelecimentos rurais, 2017



Fonte: Banco de imagens Embrapa/IBGE/MAPA, 2020.

O recorte de gênero explicado no Censo Agropecuário de 2017 caracteriza a mulher trabalhadora de acordo com a relação com o trabalho produtivo e a posse da terra, vejamos: i.



entre aquelas que são proprietárias da terra: que desenvolvem atividades econômicas relacionadas à pecuária e à criação de outros animais, que trabalham na produção de lavouras temporárias e que trabalham na produção de lavouras permanentes; ii. entre aquelas que não são proprietárias da terra, que se caracterizam por serem produtoras sem área: concessionárias ou assentadas, aguardando titulação definitiva, ocupantes, comandatárias, parceiras ou arrendatárias: que desenvolvem atividades econômicas relacionadas à produção de lavouras temporárias, à pecuária e à criação de outros animais e, ainda, à produção de lavouras permanentes.

No entanto, existem mulheres desenvolvendo atividades que não são registradas como econômicas e fazem parte da chamada “estatística oculta”. Elas estão, em geral, trabalhando em negócios domésticos: cuidando de idosos, crianças e enfermos, realizando trabalho doméstico, sem carteira assinada; nas atividades do campo, sem remuneração e reconhecimento legal como trabalhadoras rurais.

Em todas essas situações as mulheres estão na lida do campo e sua inserção ali, pelo trabalho, está imbricada a um papel social de gênero, no contexto das relações sociais mais amplas, que pode ser desenhado pela sociedade e absorvido ou não no contexto familiar. Ao longo da história essa inserção foi marcada pela invisibilidade, Perrot (1989) explica que a história oficial das sociedades era contada só a partir da “cena pública” e neste lugar não estava a mulher. As instituições que definiam a moral e os costumes – família e igreja – reservavam à mulher o espaço doméstico, daí porque não há o registro do seu papel social na construção dessa sociedade. Daquilo que não se fala, não há como mensurar um valor. A autora, ao explicar as práticas femininas ao longo da história social, consegue nos fazer enxergar aquilo que de certo modo explica o que encontramos na realidade das mulheres trabalhadoras rurais.

Por isso é necessário pontuar um problema histórico que emerge quando estamos tratando de autoidentificação com mulheres trabalhadoras rurais, – pesquisadores precisam ter atenção nesse sentido –, trata-se do sentimento de invisibilidade assumido por elas diante da divisão sexual do trabalho na família, em que o serviço da mulher na roça é apenas uma complementação do trabalho produtivo do homem.

Entretanto, essa é uma preocupação com a qual estamos lidando desde o fim dos anos



80, por meio de estudos e pesquisas que progressivamente buscam inserir as mulheres em diferentes dimensões da vida social expostas nas estatísticas: uma parcela das mulheres rurais pode não ter se declarado como ocupada na agricultura provavelmente por não considerar suas atividades como “trabalho”. Situação que tem reflexo nos números. Apesar de as mulheres representarem 48% da população rural, são apenas 33% do total da população ocupada na agricultura (HEREDIAL; CINTRÃO, 2006).

Esse quadro não é diferente da realidade goiana, quando se analisa a situação das mulheres trabalhadoras rurais do interior do Estado de Goiás. Elas viviam do trabalho de culturas de subsistência e diante das necessidades materiais postas passaram a implementar a agricultura de base familiar, configurando a própria resistência de uma categoria de trabalhadores a qual, ao longo da história, vem tendo o seu principal bem de produção negado – a terra.

Além da questão fundiária que envolve a luta pela terra no Brasil e se expressa por estatísticas reveladoras da existência do latifúndio e do privilégio no sistema de crédito rural, há ainda a discrepância quanto à titulação da terra entre os gêneros. Ainda que as trabalhadoras rurais tenham conquistado avanços na legislação, por exemplo, o Art. 189 da Constituição Federal que define ser o título da terra concedido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independente do estado civil.

Nesse sentido, o trabalho produtivo feminino reivindica um novo entendimento sobre si, posto que nas práticas femininas ele já o tem. A invisibilidade, antes associada à mulher, deixa de existir quando, agora: (1) as mulheres do campo fazem a um só tempo as mesmas atividades domésticas e as novas atividades da produção de base familiar – na roça ou nas novas atividades denominadas pluriatividades; (2) o trabalho das mulheres do campo está diluído na visibilidade do trabalho masculino, mas este não se completa sem a presença daquele; (3) os direitos sociais relacionados às necessidades do feminino, para a trabalhadora do campo ainda não alcançados, mas que estão na pauta de suas presenças; (4) existe uma relação mulher-homem-natureza que se expressa no reconhecimento do respeito à biodiversidade e (5) as mulheres trabalhadoras rurais precisam revitalizar, a partir de suas atividades na agricultura, a noção de corpo saudável e de autoestima positiva.



No projeto *Trabalhadoras rurais: geração de trabalho e renda em processos de desenvolvimento agroecológico* a reflexão e a instrumentalização sobre os pontos acima elencados foram desenvolvidos na Meta 1, em que, por meio de uma visão de interdisciplinaridade, trabalham uma antropóloga e uma agrônoma na perspectiva de também estabelecer uma relação interdisciplinar com os(as) agrônomos(as) que integram as metas 2 e 3, diretamente ligadas à ATER.

Decorridos os cinco primeiros meses desse projeto surgiu a oportunidade de sistematizar a análise acerca da experiência vivida. Esse exercício nos fez perceber uma redefinição dos pressupostos com os quais se iniciou o trabalho investigativo e de extensão, bem como as primeiras inquietações aguçadas com as reflexões sobre relações de gênero, trazidas pelas trabalhadoras rurais nas oficinas.

Entre esses pressupostos estão a identidade do sujeito social com o qual se está trabalhando, as diferentes formas de interpretação da lida no campo e os reflexos das relações saber/poder que as mulheres trabalhadoras vivenciam em suas relações de gênero.

IDENTIDADE E RELAÇÕES DE SABER E PODER

Quanto à discussão sobre identidade, há que se reportar ao caminho que fez surgir a teoria da identidade no Brasil, oriunda de uma discussão que se inicia com os estudos sobre grupos étnicos em 1969, do norueguês Frederick Barth, e que no Brasil vai ter um campo fértil de debate, na passagem dos anos 60 para 70. É quando os estudos sobre as populações indígenas do Brasil passam a se intensificar com projetos de pesquisa desenvolvidos por antropólogos do Museu Nacional. A conjuntura política e os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 também serão significativos para pensar a identidade de outros atores, não somente indígenas, e com isso se alarga o campo dessa discussão.

Em meio a essa ressignificação do trabalho produtivo para as mulheres, vimos que a identidade social dá origem a um processo que vai se construindo junto. Quando Cardoso de Oliveira (1976) revisa sua definição inicial de identidade centrada no aspecto étnico e chama a atenção para o entendimento de que a identidade é, também, auto-atribuição e atribuição por



outros, constrói-se o conceito articulado com a dimensão ideológica. Isto é, uma dimensão que está no campo das ideias que são construídas e alimentadas por uma construção social, um modo de vida.

É também significativo que se aluda aos estudos que abrangem as múltiplas identidades, as identidades falseadas e/ou mascaradas e, por fim, as identidades diaspóricas, porque os fenômenos em torno da identificação e da auto-identificação se complexificam, tal qual a sociedade. Surge o reconhecimento de que existem identidades operária, negra, homossexual, indígena e de gênero. A cada uma dessas associa-se uma produção acadêmica e um movimento social. Entretanto, a realidade trata de mostrar que, independente do processo de produção intelectual e de articulação política desses espaços de atuação, há uma reconstrução contínua desses sujeitos sociais, que se dá no movimento dialético e cotidiano das relações de saber e poder que os envolvem.

Diante dessa reconstrução contínua, a proposta na análise do referido projeto de pesquisa e extensão é que se repense a identidade do sujeito social desse projeto: quem é essa mulher do campo? As respostas dessas mulheres acerca de si, de seus interesses, de suas angústias e dúvidas mencionadas nas atividades das oficinas estão revelando o aspecto multifacetado da identidade da mulher do campo, expressos nas identidades de: trabalhadora rural, chacareira (mesmo morando na sede do município, exerce atividade produtiva rural), donas de casa e artesã.

No Brasil, até há bem pouco tempo, a mulher rural teve sua identidade invisibilizada pelas diferentes estruturas de poder, em especial quando esta identidade estava associada ao trabalho no campo, ou seja, sua identidade de trabalhadora rural, de chacareira, de artesã e de pequena produtora.

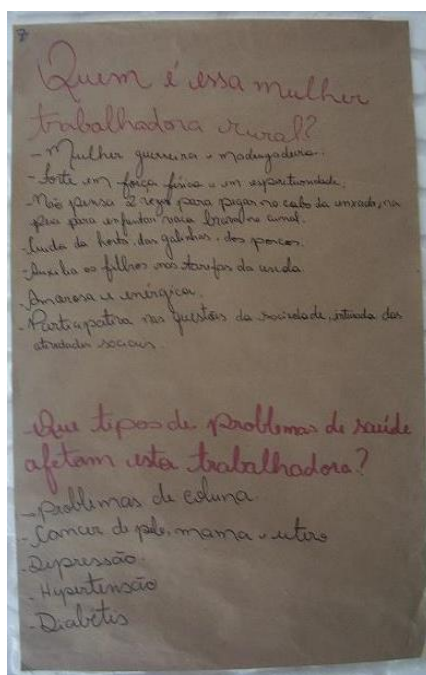
As imagens a seguir são de uma oficina que trata exatamente dessa discussão: – Como essa mulher do campo, trabalhadora incansável da “lida” na casa e na roça, se percebe? Nada melhor do que ouvi-las ou vê-las expressando o entendimento que têm de si ou de como a sociedade as define.

Há que se reconhecer que foram as mudanças no mundo do trabalho, em especial aquelas que redefiniram as relações campo-cidade, que proporcionaram a complexidade dos



múltiplos papéis sociais a serem vividos, pois caracterizam essas identidades, mas é, nesse caso, o aparecimento de novas formas de produção, que viabiliza as múltiplas identidades. Dentro dessas atividades de ressignificação do processo produtivo surge a ressignificação de uma prática de produção antiga no meio rural brasileiro, o trabalho em família. Desse modo, o Estado vai absorver o termo “agricultura familiar”.

Figura 2 – Oficina de sensibilização, 2006



Gênero - Seminário de

Fonte: Arquivo das autoras (2008).

Figura 3 – Oficina de Gênero - Seminário de sensibilização, 2006



autoras (2008).

Fonte: Arquivo das

Dito de outra forma, esse modo de produzir pode se estender em atividades complementares ao mundo do trabalho produtivo, desvelando-se a contribuição dessa mulher no desenvolvimento agroecológico regional e/ou desenvolvimento não-agrícola, porém ecológico, na pluriatividade.

Talvez seja por isso que vem surgindo como demanda por parte dessa mulher rural o interesse também por atividades não-agrícolas como o artesanato, a padaria, a revenda de produtos industrializados e a produção de cosméticos, esta última associada às plantações de ervas medicinais, além de outros de seus subprodutos. Mesmo com essa demanda, há falta de informação sobre outras atividades que sabe-se oferecem um bom espaço de mercado e que, por conseguinte, podem articular o plantio e as atividades não-agrícolas, como complementares. Por exemplo, a produção de algodão orgânico e a confecção de roupas do algodão puro, que são produtos altamente procurados por um nicho do mercado europeu, e a produção de flores ornamentais, sem adubos químicos, que já possui, inclusive, um mercado altamente qualificado em Goiânia.

Junto a essa resignificação, que se espelha e surge do mundo do trabalho, observa-se que há outro modo de reelaborar saberes e poderes. No projeto, quando foram elencadas ações



para possibilitar um processo de capacitação sociopolítico, explicitando direitos e deveres nas relações de trabalho no campo, esperava-se que emergissem conflitos de ordem pessoal que atingiriam as agricultoras, no cotidiano de suas relações sociais e pessoais. O primeiro desses conflitos se expressou na fala de uma assentada, em forma de pergunta:

[...] caso os homem (do assentamento) não dê conta de administrar a cooperativa, tenha tudo sido mal negociado e se transformado em uma grande dívida é possível que nós mulheres possamos formar só de nós uma cooperativa para administrar uma verba de projeto para os plantio, as criação e outras coisas que se queira fazer na terra? (Trabalhadora rural, do Assentamento Che Guevara, em Itaberaí - GO).

Tal narrativa revelou, sem dúvida, um problema muito concreto de um dos assentamentos por nós assistidos, naquela experiência, além do modo de percepção do gênero mulher, que se descobre excluída dos processos de decisão e de encaminhamento das atividades que envolvem a todos, especialmente quanto às consequências das ações.

A exposição muito contundente sobre os conflitos de poder entre os gêneros, narrados nas reuniões em geral, com gracejos ou denúncias, foi salutar para nossa compreensão sobre as relações de gênero (na perspectiva relacional) porque produziu, naquele momento do debate, uma crítica reflexiva acerca dos saberes que as mulheres estão construindo e da maneira como estão resistindo no jogo de poder entre os gêneros.

Uma das mulheres lembrou o quanto uma má administração de uma verba pública, solicitada ou adquirida em função da terra, pode comprometer ambos, uma vez que em muitos casos a titulação está no nome tanto do homem quanto da mulher. E reelaborou: “se tá no nome dos dois, tudo que é pra ser feito lá, tem que ter um planejamento junto, num pode o homem querer pensar sozinho” (TR-2007).

Há, por parte dessas mulheres, uma intensa demanda por explicações sobre direitos fundiários de gênero, o que sinaliza uma possível insatisfação com as estruturas de poder nas relações que vai se dirigindo às estruturas de poder estatal. Elas entendem que é preciso se fazer reconhecer em documentos, fichas cadastrais e carteiras de trabalho como trabalhadora rural e que desta identidade trabalhista resulta uma série de direitos sociais adquiridos. No entanto denunciam, por exemplo, que muitas mulheres após o reconhecimento da identidade de



trabalhadora rural podem emprestar o nome para os maridos retirarem créditos rurais bancários e permanecerem alheias à esfera de decisão, em relação a como será empregado esse dinheiro, não tendo poder de decisão quanto ao destino do recurso. Essa é uma denúncia articulada a um pedido de socorro às esferas públicas e às entidades representativas, no sentido de solicitar campanhas de conscientização.

Perceber na fala dessas mulheres esse pedido de socorro no formato denúncia nos fez entender que as opressões de gênero estavam vindo à tona naquelas oficinas. Oficinas estas que se tornaram um espaço fundamental para que as relações de saber/poder entre os gêneros se visibilizassem nos diferentes modos do discurso, ali evidenciados por escritas, desenhos ou falas. Sem dúvida, as oficinas são um momento privilegiado para o aprendizado mútuo e o exercício da reflexão.

Desse modo, essas formas de opressão emergiram nas falas, em dinâmicas, em registros de desenhos por elas elaborados e na construção de painéis com material reciclado. Vejamos algumas imagens de oficinas:

Figura 4 – Seminário de formação de mulheres rurais



Fonte: Fotos do arquivo do projeto, 2007.

A questão da desigualdade no direito à renda do processo produtivo surgiu numa



dinâmica, ainda no primeiro seminário. A pergunta posta ao grupo para expressar-se de diferentes formas era: – Quem é essa trabalhadora rural com a qual vamos trabalhar nesse projeto? Um dos grupos preferiu expressar-se com uma encenação: as integrantes criaram uma narrativa em que um grupo de mulheres estava conversando e intitularam “conversa de comadre”, entre vários assuntos que oportunizaram a uma e outra fazerem falas, uma das personagens narra a rotina de um dia de trabalho de uma mulher trabalhadora rural. Desde o acordar, às quatro da manhã, até o horário de deitar-se, às vinte e uma ou vinte e duas horas. Descrevendo minuciosamente que suas atividades vão da casa ao cercado de plantações e se estendem ao cuidar dos animais de pequeno porte. Porém, quando chega a época da colheita, do abate e/ou da venda não há percentual destinado ao pagamento dessas atividades. E sobre nenhuma hipótese há o reconhecimento das atividades do lar, que se articulam a simultaneidade das outras tarefas.

Essa reflexão reelaborava para algumas o sentido do trabalho doméstico, no meio rural. Mais do que subsidiar nossa reflexão, tais falas nos deixaram a pergunta: – Qual o valor do trabalho produtivo da mulher no campo?

A linguagem lúdica com que narraram seu cotidiano até as fez rir da situação que se encontram, mas não abranda o significado do que é não poder usufruir do fruto do trabalho. Saber elaborar uma leitura do que de fato ocorre é uma condição necessária para superar a situação vivida. Freire (1981) discute isso quando, ao explicar a visão ingênua a que está submetido o camponês, detecta que somente com a compreensão deste, de que não há produção sem a relação homem-mundo, é que será capaz de dar importância a isso. Desse modo, poderá o camponês ter entendimento do quanto, ao transformar a realidade natural com seu trabalho, participa da criação do mundo, constrói cultura e é condicionado por ela, em suas palavras:

Os camponeses desenvolvem sua maneira de pensar e de visualizar o mundo de acordo com pautas culturais que, obviamente, se encontram marcadas pela ideologia dos grupos dominantes da sociedade global de que fazem parte. Sua maneira de pensar, condicionada por seu atuar ao mesmo tempo em que a este condiciona, de há muito e não de hoje, se vem constituindo, cristalizando. E se muitas destas formas de pensar e de atuar persistem hoje, mesmo em áreas em que os camponeses se experimentam em conflitos na defesa de seus direitos, com mais razão permanecem naquelas em que não tiveram tal experiência. Naquelas em que a reforma agrária simplesmente aconteceu (FREIRE, 1981, p. 27).



É por isso que desenvolver projetos que envolvem a reflexão com os trabalhadores do campo nos permite entrar em um universo simbólico cheio de significados do modo como eles interpretam a vida societal. Dessa forma, os problemas até aqui diagnosticados e elencados em nossa experiência com essas mulheres trabalhadoras, – tais como disputas na divisão sexual do trabalho e da renda; dificuldade em propor/produzir novas formas de geração de renda; relações de poder entre gêneros; desvalorização quanto à identidade de trabalhadora rural; desconhecimento sobre o próprio corpo e ausência de modos de promoção da melhoria de qualidade de vida –, são facetas de uma conjuntura de exploração, submissão, subserviência e desinformação que impõe ao gênero mulher uma tomada de posição social e política. A reflexão mediada por uma teoria, a teoria sobre as relações de poder entre os gêneros, começava a fazer sentido para essas mulheres.

No aspecto da discussão sobre identidade, a linguagem é um marcador diacrítico que expressa o poder da identidade em construção. Portanto, ali estava ocorrendo uma reelaboração sobre a identidade social da mulher rural. A realidade impunha-lhe ser um sujeito social em crise e, por conseguinte, em reconstrução de identidade ou identidades.

É com esse sujeito social que se produz uma tensão por meio de uma ação socioeducativa. Não é possível temer os conflitos dessa construção, porque eles são constitutivos das relações de saber/poder.

A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS – O QUE SURGE, ENTÃO?

Qual é o imperativo que se coloca a partir das ações de formação e de instrumentalização dessas mulheres mediante o que elas apresentaram como problemas de seus cotidianos?

A resposta parece apontar para o modo como as relações de saber/poder, vivenciadas no campo, trazem os fundamentos do empoderamento para dentro desse processo de reconstrução identitária. E, de fato, para como está se realizando o processo de protagonismo, ao contribuir com o desenvolvimento agroecológico regional.

Os estudos que estão sendo realizados no sentido de entender essa mulher do campo,



além de detectar as interfaces de sua identidade, que pode ter reflexos diferenciados no modo dela se posicionar na família e na sociedade, mostram uma perspectiva de ação política nas relações de produção.

Ação política parece ser uma categoria social em construção pelas mulheres do campo, assim como o são suas identidades. Ação política tem a ver com tomada de posição, que é complementar e intrínseca a essa identidade em construção.

Isto pode, por certo, mudar a estatística aqui citada sobre o quantitativo de mulheres produtivas no campo, para um maior índice de mulheres ativas economicamente nas áreas rurais. Mas, para isso, são necessárias políticas públicas de ordem socioeconômicas, projetos dessa natureza que articulem o saber técnico e o saber político, sindicatos mais participativos aos gêneros e movimentos sociais sensíveis às discussões quanto aos gêneros, algo que estamos construindo há pelo menos três décadas no Brasil, porém com pouquíssimos avanços.

Além disso, é necessário consolidar mudanças significativas na legislação brasileira quanto aos direitos da mulher trabalhadora do campo, da artesã da pluriatividade e da mulher no trabalho produtivo da casa.

Quanto à legislação, há que se superar a questão do reconhecimento da identidade profissional de trabalhadora rural, e na questão fundiária, o direito de ter assegurado seu nome como proprietária, avançando nas estatísticas em que “54% dos beneficiários dos assentamentos são homens e 46% mulheres, aproximadamente a mesma proporção do meio rural brasileiro (respectivamente 52 e 48%, segundo dados da PNAD 2002)” (LEITE *et al.*, 2004 *apud* HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 15).

Esse dado não é diferente quando se analisa a situação da mulher rural do interior de Goiás. Mulheres que diante das diferentes interfaces de sua identidade de mulher do campo estão requisitando o direito de trabalhar como “chefe” da produção e/ou pelo menos de fazerem parte do processo de decisão, junto ao resultado da produção, ou ainda, que formando um casal homoafetivo possam ter o direito à titulação da terra⁵.

A perspectiva apontada no projeto de pesquisa e extensão, aqui em discussão, é de um

⁵ Mulheres homoafetivas, em Bonfinópolis - GO, conseguiram a titulação da terra definitiva.



trabalho de orientação, conscientização e instrumentalização dessa mulher rural, destacando os recortes de gênero, de sexualidade, de saúde, de direitos sociais e da agroecologia, a fim de possibilitar a elas reflexões, enquanto sujeito social, dentro do processo produtivo.

Exercer a assistência técnica, extensão rural e capacitação não-agrícola às mulheres trabalhadoras rurais, com esses recortes, na perspectiva de construir novas experiências de trabalho agrícola e não-agrícola, de pensar sobre o processo desde a produção até a comercialização a fim de gerar renda e contribuir para o sustento da família, provocando mudanças nas relações de saber/poder no campo, têm sido o maior ganho desse projeto.

O tensionar só será possível com reflexões sobre a construção da identidade da mulher do campo, nas interfaces de trabalhadoras rurais/chacareiras, assentadas, trabalhadoras em casa, agentes de saúde, artesãs, articuladas com a valorização pessoal do seu trabalho no campo e na preservação da biodiversidade. Ao mesmo tempo que estas devem se instrumentalizar para a capacidade de empreender, criando um ambiente favorável à sua organização em associações/cooperativas, ao desenvolvimento de atividades para obtenção de rendimentos, fora das ocupações tradicionais e à construção de projetos de geração de emprego e renda.

Tudo isso avança na interface entre movimentos sociais e poder estatal, portanto, na difícil conjuntura política de idas e vindas entre a sala do ministério e os escritórios das prefeituras; em diálogos, mas também entre as marchas à Brasília ou as caminhadas em dias de processos de formação e aprendizados, nas diferentes esferas que o movimento social, em defesa dessas trabalhadoras, puder proporcionar.

REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 15, n. 42, pp. 7-21, fev./2000.

EMBRAPA. **Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais** [online]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais>. Acesso: 03 mar. 2021.



FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HEREDIAL, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e Acesso a Políticas Públicas no Meio Rural Brasileiro. **Revista Nera**. São Paulo, ano 9, n. 8, pp. 1-28, janeiro/junho 2006.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario/2017#caracteristicas-estabelecimentos>. Acesso: 03 mar. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?** São Paulo: Cortez, 2005.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 18, pp. 9-18, ago./set. 1989.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SHIVA, Vandana; DANKELMAN, Irene. As Mulheres e a Diversidade Biológica: lições do Himalaia Indiano. *In*: GALFAMI, Andrea; CORDEIRO, Ângela (org.). **Cultivando a Diversidade: recursos genéticos e segurança alimentar local**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

Artigo recebido em: fevereiro/2021

Artigo aceito em: junho/2021